

# Simon quer que gaúchos invadam a Constituinte

Foto de Luiz Abreu

PORTO ALEGRE — Os gaúchos deverão tomar de assalto hoje os corredores da Assembléia Nacional Constituinte. Pelo menos foi esta a proposta apresentada pelo Governador Pedro Simon a todos os partidos e entidades de classe representativas do Estado, reunidas na tarde de ontem no plenário da Assembléia Legislativa para discutir o relatório da Subcomissão de Tributação e Participação em Receitas.

Simon afirmou que o Rio Grande do Sul sairá perdendo com a proposta apresentada e convocou todos os partidos e a sociedade gaúcha para pressionar a Subcomissão, que conta somente com um Deputado gaúcho, Irajá Andara Rodrigues, do PMDB.

Ele entende que ainda há tempo de aprovar sua tese de ressarcimento do ICM na diferença entre importações e exportações e contou com o apoio das 50 lideranças presentes à reunião. Se for aprovada a vinculação da renda per capita à participação no Fundo de Participação dos Estados, explicou Simon, ganharão somente os Estados do Norte, Nordeste e Sudeste, em detrimento principalmente dos Estados da região Sul. Além de Deputados estaduais e federais de todos os partidos, estavam presentes, a Federação das Indú-



Simon conclama lideranças gaúchas a ocupar Brasília

trias, a CGT, a CUT, a Federação da Agricultura (Farsul), a Federação dos Trabalhadores Agrícolas (Fetag) e até o Centro de Professores do Estado (que lidera a greve do magistério). Entretanto, apesar da mobilização da sociedade, cujos representantes deverão lotar os vôos para Brasília nesta semana, isto não impediu que o Governador fosse vaiado pelos professores que estavam acampados na Praça da Matriz, em frente a Assembléia Legislativa, em greve há 58 dias.

O Governador não levou em conta as vaias na entrada e apresentou, aos representantes de classe e aos partidos, as 20 emendas

que os Deputados gaúchos, em bloco, levarão ainda hoje à Subcomissão. Encareceu da urgência que o Estado se unisse para não permitir que a proposta original fosse aprovada.

— Os nordestinos, cariocas e paulistas se reuniram para dividir verbas com os impostos que aí estão. Não era esta a reforma tributária que eu sonhava, ela deveria vir acompanhada de uma reforma administrativa — disse Simon.

Simon não quis falar sobre política alegando que no momento sua maior preocupação é o "futuro do Estado". Também não quis falar sobre a greve dos professores explicando que o momento deve ser de união.

## Ulysses e Covas não aceitam tese de Prisco de prorrogação

BRASÍLIA — A prorrogação por dois anos dos mandatos dos atuais prefeitos de capitais e a permissão a que um candidato concorra a dois cargos eletivos em um mesmo pleito não serão aceitas pelo PMDB. Essa preocupação foi transmitida na noite de sábado ao autor dessas propostas, Deputado Prisco Viana — relator da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições — pelo Presidente do PMDB, Ulysses Guimarães e pelo Líder do Partido na Constituinte, Senador Mário Covas.

Em reunião realizada na casa de Ulysses, com a presença dos Vice-Líderes Antônio Perosa (SP), e Antônio Brito (RS), os dirigentes procuraram convencer também o Deputado José

Serra — relator da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças — e o Senador Paulo Bisol — da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher — a modificarem em seus relatórios, as propostas capazes de dificultar o entendimento interno do PMDB.

O relatório de Prisco propôs que os prefeitos eleitos em 85 — para as capitais, cidades de fronteira e estâncias hidrominerais — tenham seus mandatos prorrogados. Para os demais municípios, mantém eleições em novembro de 88, mas apenas para escolha de prefeitos com mandatos-tampão de dois anos. Pelo sistema sugerido pelo relator, o sucessor do Presidente Sarney seria eleito em 1989 e, no ano seguinte, os

prefeitos, governadores, deputados e senadores.

O Deputado Antônio Brito comentou, sobre o assunto:

— A prorrogação dos mandatos não pode ser feita de uma forma profundamente casuística e antiética, capaz de comprometer a posição do PMDB, que sempre foivítima de casuismos como este. A Constituinte não pode se transformar num balcão onde sejam negociadas prorrogações.

No caso de José Serra, a dificuldade extrapola as fronteiras do PMDB para gerar uma controvérsia entre regiões: os governos do Sul não aceitaram sua proposta de redistribuição do Imposto de Renda, IPI e Fundo de Participação dos Estados.